

DOSSIÊ DITADURA

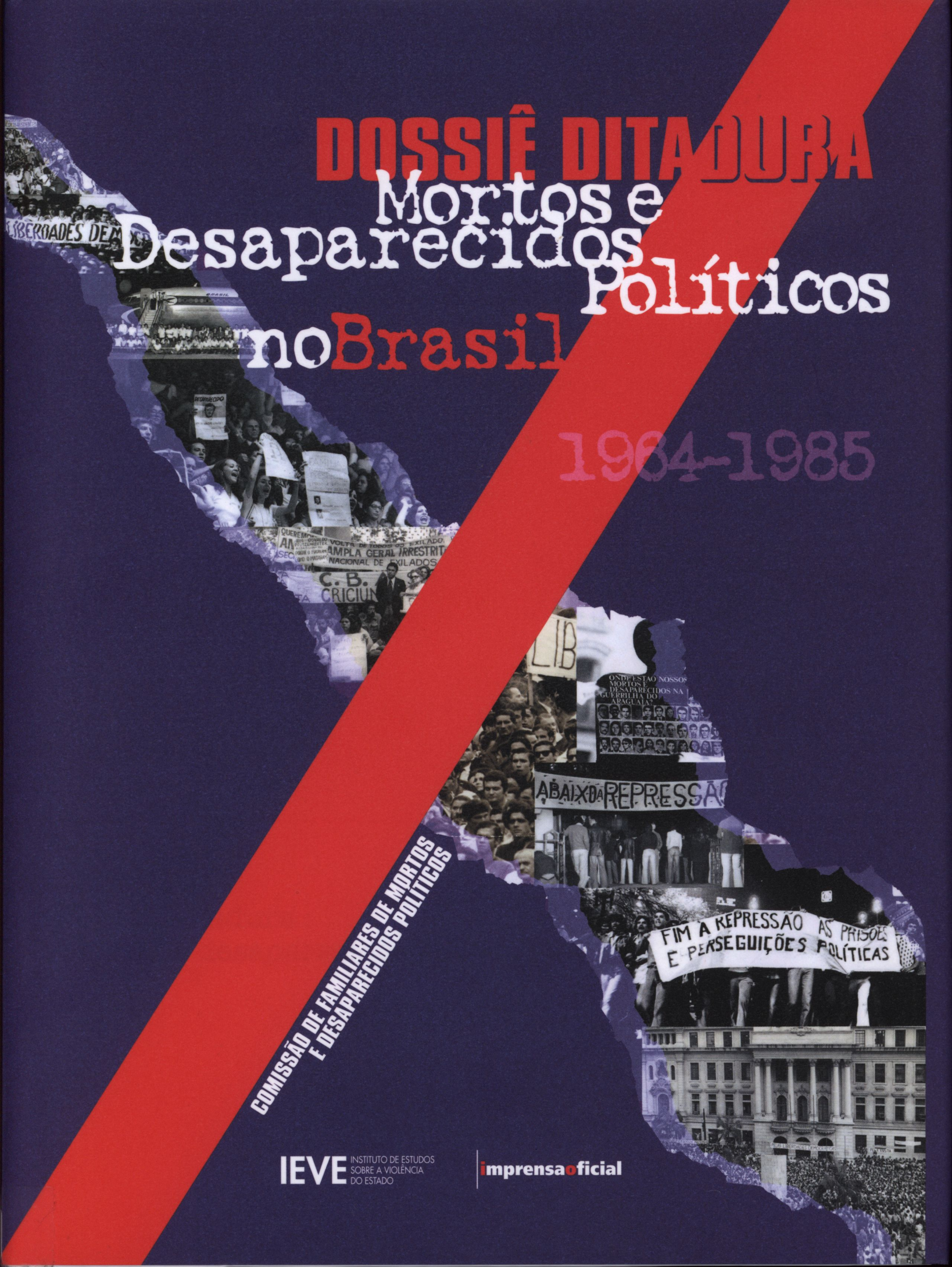
Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil

1964-1985

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS

IEVE INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO

imprensa oficial



instrumento e ausência de indícios de ação criminosa, concluiu-se que houve “*auto-eliminação*”, por enforcamento.

No arquivo do DOPS/RJ, consta o documento do CISA de nº 407, de 2 de julho de 1971, com o depoimento de José, logo após sua prisão. Em nota oficial dos órgãos de segurança, datada de 23 de junho de 1971, foi informada a morte de José Gomes por suicídio.

De acordo com o boletim de março de 1974 da Anistia Internacional, José Gomes Teixeira foi morto sob torturas.

Conforme o relator do caso (296/96) na CEMDP, Paulo Gustavo Gonet Branco, [...] *os autos estão instruídos com prova de que o falecido era militante político e do reconhecimento oficial de sua morte por suicídio, quando se encontrava preso em estabelecimento de segurança. Esses são fatores suficientes para que se reconheça a morte como ocorrida nos termos da lei, devendo o pleito para localizar o corpo aguardar exame no momento oportuno.*

O requerimento foi aprovado por unanimidade em 1º de agosto de 1996.

Luiz Almeida Araújo

Nasceu em 27 de agosto de 1943, em Anádia (AL), filho de João Rodrigues de Araújo e Maria José Mendes de Almeida. Desaparecido em 24 de junho de 1971. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Mudou-se com a mãe e os quatro irmãos para São Paulo, em 1957. Os primeiros anos na cidade foram tempos difíceis. Aos 14 anos de idade, Luiz já trabalhava como *office-boy* na loja de confecções Clipper e estudava à noite.

Começou a participar do movimento estudantil no curso Santa Inês, quando passou a ter ligações com a JEC. Mais tarde, deu aulas de História nesse estabelecimento. Foi preso e torturado pela primeira vez em 1964. Neste mesmo ano, viajou para o Chile e, ao retornar, foi novamente preso. Em 1966, iniciou o curso de Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Segundo sua mãe, Maria José, a família soube de suas atividades políticas pelos registros de suas prisões. Em 1967, foi preso e, nessa época, integrou-se à dissidência do PCB, liderada por Carlos Marighella. Saindo da prisão, voltou às suas atividades normais. Desenvolveu também atividades artístico-culturais. Fez parte do Grupo de Teatro Leopoldo Fróes. Seu grupo tentou encenar uma peça teatral e assim ele conheceu a atriz Carmem Monteiro Jacomini, que se tornou sua companheira. Em 1968, separaram-se e ela se filiou a outra organização clandestina.

Luiz foi preso novamente em 1968, identificado por ter emprestado seu carro, utilizado em uma ação da ALN. Libertado, nesse mesmo ano viajou para Cuba, passando pela antiga URSS, em companhia de Luiz José da Cunha (conhecido como *Crioulo*, assassinado em 13 de julho de 1973), onde realizou treinamento de guerrilha. Retornou em dezembro de 1970 e integrou-se ao movimento guerrilheiro da ALN.

Na noite de Ano Novo de 1970, Maria José foi surpreendida com a visita do filho, a quem não via já havia bastante tempo (na época ele vivia na clandestinidade). Eles comemoraram a passagem de ano juntos. Esse foi o último encontro dos dois.

Em 16 de junho de 1971, Luiz passou o dia com sua irmã, Maria do Amparo Almeida Araújo, que também militava na clandestinidade. Nesse dia, ela completou 21 anos e foi a última vez que o viu.

Luiz foi seqüestrado em 24 de junho na avenida Angélica, em São Paulo, quando dirigia o carro que levou Paulo de Tarso Celestino da Silva, dirigente nacional da ALN, para se encontrar com um companheiro, liderança da VPR. Paulo de Tarso, que seria preso e desapare-

Documentos consultados:

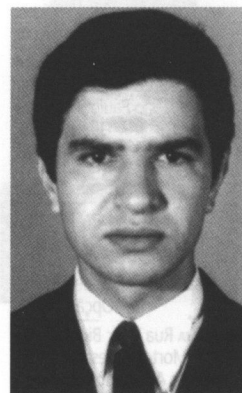
www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 296/96, na CEMDP.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 350.



ceria no mês seguinte, foi a última pessoa a ver Luiz vivo. Durante os meses de junho e julho várias pessoas amigas de Luiz e da família foram presas, torturadas ou molestadas pela polícia. Sua companheira, Josephina Vargas Hernandez, estava grávida nessa época e encontrava-se viajando fora do país. Luiz morreu sem conhecer sua filha, Alina de Paula, que hoje mora com a mãe na Europa.

Três dias após a prisão, a família foi avisada por um telefonema anônimo. Acompanhada de outro filho, Manoel, ela foi até a sede do DOI-CODI/SP. Chegaram às 18 horas e só foram liberados às 2 horas da manhã. Manoel foi obrigado a prestar depoimento a diferentes agentes policiais e a assinar uma declaração de que entregaria seus irmãos, Luiz e Maria do Amparo, caso os encontrasse. Maria José teve de esperar de pé, até que Manoel fosse liberado. A seguir, eles se dirigiram ao DOPS/SP, onde também não descobriram nada. Na 2ª Auditoria Militar de São Paulo, foram informados de que Luiz estava foragido, vivendo na clandestinidade.

Em 29 de novembro de 1973, Luiz foi absolvido pela 2ª Auditoria de Guerra por insuficiência de provas. O relatório do Ministério da Marinha, encaminhado ao ministro de Justiça em 1993, afirma que em "Ago./71 - teria sido dado como morto".

Nos arquivos do DOPS/PR, o nome de Luiz foi encontrado em uma gaveta com a identificação "falecidos". No antigo arquivo do DOPS/RJ, consta um documento do Ministério do Exército, de nº 129, de 2 de agosto de 1971, alguns dias após sua prisão e desaparecimento, enviado ao DOPS/RJ e assinado pelo general Sylvio Frota, então comandante do I Exército, que afirma: "Incumbiu-me o Sr. Ministro informar a V. Exa. que, pela análise realizada no II Ex de documentação apreendida no aparelho de Luiz Almeida Araújo, vulgo Ruy, terrorista da ALN que se encontra foragido [...]".

O nome de Luiz integrou a primeira lista publicada de pessoas mortas ou desaparecidas do CBA, conforme notícia publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 29 de março de 1978. Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Na CEMDP, seu caso foi protocolado com o nº 028/96.

Foi homenageado pela cidade de Maceió (AL), que deu o seu nome a uma rua no Parque dos Eucaliptos. Em sua homenagem, há uma placa no Monumento contra a Tortura, no Recife (PE).

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 028/96, na CEMDP.

CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo (Org.). *Desaparecidos Políticos: Prisões, Seqüestros, Assassinatos*. Rio de Janeiro: Opção, 1979.

PROGRAMA Rua Viva: Biografia de Mortos e Desaparecidos Políticos Alagoanos durante a Ditadura Militar. Maceió: PECDH, Prefeitura de Maceió, Alagoas, s/d.

Prisão e desaparecimento de casal na Casa da Morte



Heleny Telles Ferreira Guariba

Nasceu em 17 de março de 1941, em Bebedouro (SP), filha de Isaac Ferreira Caetano e Pascoalina Ferreira. Desaparecida em 12 de julho de 1971. Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Heleny, formada em Filosofia pela USP, especializou-se em cultura grega. Paralelamente, estudou teatro. Trabalhou como professora na Faculdade de Filosofia da USP e da Escola de Arte Dramática de São Paulo (EAD). Casou-se com Ulisses Telles Guariba Netto, com quem teve dois filhos, Francisco e João Vicente.

Órfã de pai e criada pela mãe e uma tia, Heleny sempre se voltou aos estudos e às atividades culturais. Depois de estudar teatro, passou a lecionar teoria teatral na EAD. Em 1965, recebeu bolsa de estudos do Consulado da França, em São Paulo, especializando-se na Europa, onde ficou com o marido até 1967. Fez inúmeros cursos, inclusive em Berlim, onde estudou a arte de Bertolt Brecht e estagiou como assistente de direção. Ao voltar ao Brasil, foi contratada pela prefeitura de Santo André (SP), onde se tornou a diretora do grupo de teatro da cidade. Ali iniciou uma série de trabalhos culturais, montando uma peça de Molière com